



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 639074 - SP (2021/0004500-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO  
**ADVOGADO** : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ANTONIO ALVES DA SILVA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO ALVES DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC 2234425-40.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de ameaça e disparo de arma de fogo, tipos previstos no art. 147 do Código Penal e no art. 15 da Lei n. 10.826/03.

O impetrante sustenta a ausência dos requisitos legais que autorizam a prisão cautelar do paciente, afirmando que (fl. 04):

Como se vê, o decreto de prisão não traz qualquer motivação do caso concreto, fazendo referência a dispositivos legais e fundamentação acerca da gravidade do delito em abstrato, o que indica a ausência de fundamentos para o decreto prisional. Ademais, cumpre observar que, embora o despacho local aponte elementos concretos à preventiva, é pacífico o entendimento da Corte Superior, bem como no Supremo Tribunal Federal, de que o Juízo singular e o Tribunal de origem não podem suprir a ausência de motivação do decreto prisional proferido pelo juiz singular, sob pena de o habeas corpus servir de vetor convalidante do encarceramento ilegal.

De outro lado, evidenciado resta o periculum in mora pelos riscos de prisão indevida.

Ressalta, ainda, que o paciente é pessoa íntegra e possui endereço certo e bons antecedentes.

Requer, liminarmente, que seja concedida a liberdade provisória do paciente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor. No mérito, requer a confirmação da ordem liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois do voto condutor se extrai (fls. 16/18):

Aparentemente, o paciente, inconformado com a separação, após ameaçar as vítimas (ex-mulher e filha), efetuou disparos de arma de fogo contra sua residência. Houve cumprimento de mandado de busca e apreensão, que resultou na apreensão de munições de calibres diversos, sendo que o acusado veio se evadir durante o cumprimento da ordem judicial.

[...]

Pois bem, as circunstâncias concretas do caso indicam uma ação bastante violenta, a indicar que o paciente é pessoa perigosa, de sorte que a custódia cautelar afigura-se necessária para garantia da ordem pública e da integridade física da vítima.

[...]

4. Sublinhe-se que o ato hostilizado encontra-se motivado (cf. fls. 51/52 dos autos do processo de conhecimento), com referência a circunstâncias específicas do caso, podendo-se inferir, de seu contexto, que não veio assentado apenas na gravidade em abstrato dos delitos, lembrando que a decisão que decreta a prisão preventiva não reclama fundamentação exaustiva, bastando uma análise sucinta dos requisitos que dão ensejo à segregação cautelar (STF, RHC n. 89.972-2, rel. Min. Cármen Lúcia; [...])

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente